



Grupo Medi-T

Criamos valor para a sua empresa
www.medi-t.pt

Número de Apoio ao Cliente **808 915 361**
Dias Úteis, das 9h00 às 13h00 e das 14h00 às 18h00

DECLARAÇÃO

ACEITAÇÃO DO CONTEÚDO DO CADERNO DE ENCARGOS

(A que se refere a alínea a) do n.º 1 do art. 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável, do CCP)

1 - ANTÓNIO JOSÉ POLÓNIA COELHO DA SILVA, portador do Cartão de Cidadão n.º 3726908, residente na Rua de D. Dinis, n.º 265, em Mafamude, 4430-080 Vila Nova de Gaia, na qualidade de representante legal da empresa MEDI-T SAÚDE, LDA., com NIPC 507760425 e sede na Rua Jornal de Notícias, n.º 209, 4100-296 Porto, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de Encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de Ajuste Direto para a Prestação de SERVIÇOS EXTERNOS DE MEDICINA DO TRABALHO E ENFERMAGEM, com referência 2018AD1567S, para o MUNICÍPIO DE ESPINHO, NIPC 501158740 e sede na Praça Dr. José de Oliveira Salvador, Apartado 700, 4501-901 Espinho, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada, se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que juntam em anexo:

- Proposta Técnica, contendo a memória descritiva detalhada do modo de organização e prestação dos serviços;
- Proposta de Preço, contendo a lista de preços unitários (valor hora e mensal);
- Equipa Clínica a afetar à prestação de serviço, de acordo com os requisitos legais (CVs e Cédulas Profissionais);
- Comprovativo da autorização da MEDI-T SAÚDE para a prestação de serviços externos de saúde no trabalho, emitido pela DGS - Direção-Geral da Saúde (DGS).
- Certidão Permanente da MEDI-T SAÚDE

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações do previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.



Grupo Medi-T

Criamos valor para a sua empresa
www.medi-t.pt

Número de Apoio ao Cliente **808 915 361**

Dias úteis, das 9h00 às 13h00 e das 14h00 às 18h00

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Porto, 09 de Março de 2018

Dr. António José Polónia Coelho da Silva

Representante legal da Medi-T Saúde, Lda.